

Publicidade Legal



ANO 60 - Nº 20.970
24 DE ABRIL DE 2024



ANUNCIE AQUI

(51) 3213-9139 | CONTATO.COMERCIAL@GRUPORBS.COM.BR



**PÁGINA
CERTIFICADA**

O jornal Zero Hora confirma a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente em gzh.com.br/publicidadelegal

sulgás

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS

AV. CARLOS GOMES, 700 – 8º ANDAR - PORTO ALEGRE - RS
CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 | NIRE: 43.000.033.104

Relatório de Gestão 2023 – Diretoria Executiva

O Diretor Presidente da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - SULGÁS, no cumprimento de disposições legais e estatutárias, submete à Assembleia Geral Ordinária, após manifestação do Conselho de Administração, as Demonstrações Financeiras previstas em Lei relativas ao exercício findo em 31/12/2023, destacando também os eventos operacionais, financeiros e administrativos mais significativos do ano. As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, e foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), assim como com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A Sulgás é uma sociedade anônima de capital fechado, criada em 1993, autorizada pela Lei Estadual n.º 9.128 de 07/08/1990, alterada pela Lei n.º 9.705 de 24/07/1992, tendo concessão para exploração dos serviços locais de gás canalizado no Estado pelo prazo de 50 (cinquenta) anos, conforme Contrato de Concessão firmado em 19/04/1994. A Companhia tem como acionistas Compass Um Participações S/A e Commit Gás S/A, sendo a composição acionária de 51% Compass e 49% Commit. Sua carteira de clientes é formada pelos segmentos industrial, cogeração, veicular, comercial, geração de ponta / cogeração / climatização, residencial e termoeletrônico.

Em 2023, foi concluído o processo de transformação da em presa. Houve a implementação de projetos estratégicos e a definição de objetivos para a continuidade do crescimento da Companhia, reforçando seu papel para o desenvolvimento da infraestrutura e do crescimento da economia gaúcha.

Assomados esforços permitiu que a Companhia atingisse bons resultados, obtendo um Lucro Líquido de R\$ 153,8 milhões e EBITDA de R\$ 239,7 milhões no ano.

A Sulgás distribuiu uma média de 2 milhões de m³/dia de gás natural, sendo a indústria o principal segmento atendido, seguido pelo comércio e pelo segmento residencial.

Esse volume distribuído gerou um incremento de 14% no resultado bruto, em comparação a 2022, totalizando R\$ 323 milhões.

Com o firme propósito de contribuir para o desenvolvimento do Estado, a empresa investiu um total de R\$ 68 milhões. Houve aporte de novas tecnologias, modernização de equipamentos e investimento em capacitação. Além disso, foram construídos 40 km de novos dutos, conectando Regiões estratégicas do Estado, como Gramado e Canela. No total, a Sulgás dispõe de 1.488 km de redes.

A Companhia ainda atingiu um recorde histórico de conexões, ampliando a sua base de clientes em 14%, chegando a 89.105 usuários ligados à rede de distribuição.

Esses resultados reafirmam o compromisso da Sulgás com a sociedade gaúcha. Com 100% de capital privado, a Companhia tem como valores fundamentais a segurança, a eficiência e o compromisso com o meio ambiente.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Ativos	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	7	145.907	160.241
Contas a receber de clientes	8	115.140	171.318
Estoques		5.871	5.904
Recebíveis de partes relacionadas	9	55	124
Outros tributos a recuperar	10	27.115	12.311
Outros ativos		3.566	1.676
Ativo circulante		297.654	351.574
Contas a receber de clientes	8	802	2.130
Caixa restrito		4.100	4.100
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	13.749	9.070
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	18	6	6
Outros tributos a recuperar	10	105.455	97.874
Depósitos judiciais	20	1.862	1.430
Outros ativos		23.272	300
Intangível	11	233.328	195.121
Ativos de contrato	12	16.963	25.805
Direito de uso	13	10.881	5.678
Ativo não circulante		410.418	341.514
Total do ativo		708.072	693.088

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado líquido do exercício	153.788	152.389
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultados abrangentes totais do exercício	153.788	152.389

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		227.865	228.121
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social			
Ajustes para:			
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa		5.769	(6.170)
Provisões cíveis e trabalhistas	25	(909)	112
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos		20.529	4.169
Provisão participação no resultado		4.312	4.145
Amortização	24	41.196	35.978
Baixa de intangível		848	200
Outras		(282)	1.148
		299.328	267.703
Variação em:			
Contas a receber de clientes		4.609	(49.792)
Estoques		314	258
Outros ativos e passivos, líquidos		(30.004)	5.037
Fornecedores		(12.072)	43.253
Ordenados e salários a pagar		(1.807)	(2.982)
Imposto de renda e contribuição social		(107.417)	(22.107)
		(146.377)	(26.333)
Outros caixas gerados pelas (aplicado nas) atividades operacionais		152.951	241.370
Fluxo de caixa das atividades de investimento		(68.415)	(59.972)
Adições ao intangível e ativos de contrato		(68.415)	(59.972)
Caixa restrito		-	(4.100)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(68.415)	(64.072)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		61.500	72.500
Captações de empréstimos	14	61.500	72.500
Pagamento de juros sobre empréstimos	14	(5.166)	(1.917)
Amortização de principal sobre arrendamento mercantil		(2.617)	(1.785)
Pagamento de juros sobre arrendamento mercantil	16	(1.189)	(612)
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	22	(151.398)	(158.541)
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades de financiamento		(98.870)	(90.355)
(Decréscimo) acréscimo em caixa e equivalentes de caixa		(14.334)	86.943
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		160.241	73.298
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício		145.907	160.241
Informação complementar			
Impostos de renda e contribuição social pagos		96.272	17.629

Transações que não envolvem caixa

A Companhia apresenta suas demonstrações do fluxo de caixa pelo método indireto. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou as seguintes transações que não envolveram caixa e, portanto, não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

i. Reconhecimento do direito de uso de novos contratos de arrendamento no montante de R\$ 9.796.

Apresentação de juros

Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de atividades de financiamento, pois considera-se que são referentes aos custos de obtenção de recursos financeiros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

A Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - SULGÁS ("Companhia"), tem como seu principal objeto social a distribuição de gás natural canalizado no Estado do Rio Grande do Sul para consumidores dos segmentos industrial, residencial, comercial, automotivo, termoeletrônico e cogeração.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul. Em 03 de janeiro de 2022, a Compass Gás e Energia S.A. concluiu a compra das ações pertencentes ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul tornando-se acionista majoritária da Companhia a través da sua subsidiária Compass Um Participações S.A. ("Compass") por meio da participação direta de 51% do capital social. A Commit Gás detém o restante da participação de 49% do capital social.

O contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Distribuição de Gás Canalizado foi assinado em abril de 1994, junto ao poder concedente representado pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado do Rio Grande do Sul (AGERGS), por um prazo de 50 (cinquenta) anos.

Demonstrações de resultados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	23	1.640.350	1.860.342
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	24	(1.317.303)	(1.579.426)
Resultado Bruto		323.047	280.916
Despesas de vendas	24	(19.394)	(2.486)
Despesas gerais administrativas	24	(92.998)	(74.040)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	25	2.445	3.159
Resultado operacional		(109.947)	(73.367)
Resultado antes do resultado financeiro líquido e dos impostos		213.100	207.549
Despesas financeiras	26	(23.292)	(14.757)
Receitas financeiras	26	38.057	35.329
Resultado financeiro líquido		14.765	20.572
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		227.865	228.121
Imposto de renda e contribuição social	18	(78.756)	(78.078)
Corrente		4.679	2.346
Diferido		(74.077)	(75.732)
Resultado líquido do exercício		153.788	152.389
Resultado por ação atribuído aos acionistas da Companhia, expresso em reais por ação			
Resultado básico por ação – em Reais:			
Ordinárias		7,13203	7,06726
Preferencias		7,13203	7,06726

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Capital social	Reserva de lucros				Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		legal	Estatutária	lucros a realizar	Retenção de lucros		
Saldo em 01 de janeiro de 2022	81.187	16.237	-	6.933	55.580	-	159.937
Dividendos adicionais aprovados	-	-	-	-	(54.493)	-	(54.493)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	152.389	(54.493)	152.389
Destinações do lucro líquido do exercício:	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos obrigatórios (Nota 22)	-	-	-	-	(31.491)	(31.491)	(31.491)
Retenção de lucros (Nota 22)	-	-	-	-	114.292	(114.292)	-
Juros sobre o Capital Próprio (Nota 22)	-	-	-	-	(6.606)	(6.606)	(6.606)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	81.187	16.237	-	6.933	115.379	-	219.736
Dividendos adicionais aprovados	-	-	-	-	-	(114.292)	(114.292)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	153.788	153.788	153.788
Destinações do lucro líquido do exercício:	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos obrigatórios (Nota 22)	-	-	-	-	(32.610)	(32.610)	(32.610)
Retenção de lucros (Nota 22)	-	-	-	-	114.312	(114.312)	-
Juros sobre o Capital Próprio (Nota 22)	-	-	-	-	(6.866)	(6.866)	(6.866)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	81.187	16.237	-	6.933	115.399	-	219.756

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

2. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, e foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), assim como com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. Estas demonstrações financeiras são preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma e foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 21 de março de 2023.

3. Políticas contábeis

As políticas contábeis são incluídas nas notas explicativas, exceto aquelas descritas abaixo.

3.1 Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia opera, gera e consome caixa.

4. Normas contábeis

4.1. Normas contábeis recentemente adotadas pela Companhia

Norma aplicável	Principais requisitos ou mudanças na política contábil	Impacto
Alterações à IAS 8/ CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023.	A IAS 8/CPC 23 introduz a nova definição de estimativa contábil "As estimativas contábeis são montantes monetários nas demonstrações contábeis que estão sujeitas a incerteza de mensuração" e esclarece como as entidades devem distinguir mudanças de estimativas contábeis das mudanças de políticas contábeis. Os parágrafos impactados são os itens 5, 32, 34, 38 e 48 e o título do item 32. Ocorre uma distinção entre estimativas contábeis (são aplicadas prospectivamente) e políticas contábeis (são aplicadas retrospectivamente).	Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
Alterações à IAS 1/ CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023.	A IAS 1/ CPC 26 introduz orientações para decisão sobre quais políticas contábeis devem ser divulgadas em suas demonstrações financeiras. Os parágrafos impactados para apoiar na identificação de política contábil materiais são os itens 114, 117, 122, 117A, 117E, 139V e exclusão dos itens 118, 119 e 121.	Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia
Alterações à IAS 12/CPC 32 – Tributos sobre o Lucro Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023.	Alteração de escopo de isenção de reconhecimento inicial e esclarece como as entidades devem contabilizar o imposto diferido em certas transações tais como: arrendamentos e passivos para desmontagem e remoção. Os parágrafos impactados são: Alteração dos incisos (i) e (ii) da letra b do item 15, as letras b e c do item 22 e b do item 24; inclui o inciso (iii) da letra b do item 15, o item 22A, a letra c do item 24, os itens 98K e 98L e o exemplo 8 do Apêndice B	Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
Alterações à CPC 50/IFRS 17 Contratos de Seguro Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023.	A alteração adiciona uma nova opção de transição para a IFRS 17 (a "sobreposição de classificação") para aliviar as complexidades operacionais e os desfazamentos contábeis únicos na informação comparativa entre passivos de contratos de seguro e ativos financeiros relacionados na aplicação inicial da IFRS 17. Permite a apresentação de informações comparativas sobre ativos financeiros devem ser apresentadas de forma mais consistente com a IFRS 9 Instrumentos Financeiros.	Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia

Todas as outras normas ou alterações de normas emitidas pelo CPC e IASB e que estejam em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023 não são aplicáveis ou relevantes para a Companhia.

4.2. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Norma aplicável	Principais requisitos ou mudanças na política contábil
Alterações à IFRS 16/ CPC 06 (R2) – Arrendamentos Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024.	Inclusão de requerimentos sobre pagamentos variáveis para um safe-leaseback que visa fornecer orientações sobre como contabilizar os pagamentos variáveis para o vendedor-arrendatário em uma transação de sales and leaseback.

>>>Continua

>>>Continuação

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS | AV. CARLOS GOMES, 700 – 8º ANDAR - PORTO ALEGRE - RS |

CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 | NIRE: 43.000.033.104

Norma aplicável	Principais requisitos ou mudanças na política contábil
Alterações à IAS 1/ CPC 26 (R1) – Apresentações das Demonstrações Contábeis Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024.	"Alteração à IAS 1 com a intenção de aprimorar as informações fornecidas pela entidade quando o seu direito de diferir a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses está sujeito ao cumprimento de cláusulas restritivas (comumente referidos como "covenants"). As alterações também responderam às preocupações das partes interessadas sobre a classificação de tal passivo como circulante ou não circulante que surgiram no decorrer do projeto, em especial após discussão e emissão de agenda <i>decision</i> por parte do IFRIC.
Alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7 – Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado"). Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024.	"As alterações introduzem dois novos objetivos de divulgação – um na IAS 7 e outro na IFRS 7 – para que a empresa forneça informações sobre os seus acordos de financiamento de fornecedores que permitiriam ao leitor das demonstrações avaliar os efeitos desses acordos nos passivos e fluxos de caixa da empresa. Também será necessário divulgar o tipo e o efeito das alterações não monetárias nos valores contábeis dos passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento do fornecedor."

Todas as outras normas ou alterações de normas emitidas pelo CPC e IASB e que estejam em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023 não são aplicáveis ou relevantes para a Companhia.

5. Ativos e passivos financeiros

Política contábil:

A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação, exceto aqueles mensurados ao custo amortizado mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de somente principal e juros.

Os instrumentos financeiros de dívida são mensurados subsequentemente pelo valor justo por meio do resultado, custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A classificação é baseada em dois critérios: (i) o modelo de negócios da Companhia para gerenciar os ativos; e (ii) se os fluxos de caixa contratuais dos instrumentos representam apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia passou a reconhecer seus ativos financeiros ao custo amortizado para ativos financeiros que são mantidos dentro de um modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de "Principal e Juros". Esta categoria inclui as contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa, recebíveis de partes relacionadas, outros ativos financeiros.

Nenhuma remensuração dos ativos financeiros foi realizada.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa destes ativos tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

Os ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativos			
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	7	257	38.784
Contas a receber de clientes	8	115.942	173.448
Recebíveis de partes relacionadas	9	55	124
		116.254	212.356
Valor justo por meio do resultado			
Aplicações em fundos de investimentos (equivalentes de caixa)	7	145.650	121.457
		145.650	121.457
Total		261.904	333.813
Passivos			
Custo amortizado			
Empréstimos e financiamentos	14	(140.016)	(73.717)
Fornecedores	17	(133.387)	(151.863)
Outros passivos financeiros		(3.153)	(3.977)
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	22	(38.447)	(37.106)
Passivos de arrendamento	16	(12.079)	(6.439)
Passivos financeiros setoriais	19	(135.267)	(125.719)
Pagáveis a partes relacionadas	9	(1.325)	(1.971)
		(463.674)	(400.792)
		(463.674)	(400.792)
Total			

6. Gestão de risco financeiro

Política contábil:

Esta nota explica a exposição da Companhia e suas subsidiárias a riscos financeiros e como esses riscos podem afetar o seu desempenho financeiro futuro. As informações de lucros e perdas do ano atual foram incluídas, quando relevante, para adicionar mais contexto.

O gerenciamento de risco financeiro da Companhia e suas subsidiárias é controlado pela tesouraria sob políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. O Conselho fornece princípios escritos para o gerenciamento de risco global, bem como políticas que cobrem áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excesso de liquidez. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege os riscos financeiros em estreita cooperação com as unidades operacionais.

Quando todos os critérios relevantes são atendidos, a contabilidade de hedge é aplicada para eliminar o descasamento contábil entre o instrumento de hedge e o item coberto. Isso resultará efetivamente no reconhecimento da despesa de juros a uma taxa de juros fixa para os empréstimos com taxa de juros flutuante protegidos.

A política da Companhia é manter uma base de capital robusta para promover a confiança dos investidores, credores e mercado, e para garantir o desenvolvimento futuro do negócio. A administração monitora que o retorno sobre o capital é adequado para cada um de seus negócios.

A Companhia possui exposições para os seguintes riscos de instrumentos financeiros:

a) Risco de mercado

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia computar prejuízos derivados de flutuações no preço de gás decorrente da variação no valor da "cesta de óleos" e das taxas de câmbio, aumentando os saldos das contas a pagar relativas ao gás adquirido. Também há risco relacionado com as taxas de empréstimos TJLP e Selic, nas aplicações financeiras CDI, porém essas taxas não tem efeitos significativo para a Companhia.

i. Risco cambial

Os riscos cambiais relacionam-se com a possibilidade de a Companhia computar queda significativa nas suas margens decorrente de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando o valor em reais (R\$) do custo sobre o gás adquirido da Petrobras. Este risco é mitigado pelo monitoramento e repasse da variação de preços aos clientes, quando possível.

ii. Risco da taxa de juros

A Companhia adota políticas de captação e aplicação de recursos financeiros e de minimização de custos de capital. As aplicações financeiras da Companhia são, principalmente, mantidas em operações vinculadas aos juros do CDI, conforme apontado na nota explicativa 14. As taxas de juros do mercado são monitoradas com o objetivo de assegurar a melhor rentabilidade das aplicações financeiras e para proteger a Companhia contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Uma análise de sensibilidade sobre as taxas de juros de empréstimos e financiamentos em compensação dos investimentos em CDI com aumentos e reduções antes dos impostos de 25% e 50% é apresentada abaixo:

	Cenário				
	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Caixa e equivalentes de caixa	145.907	182.383	218.860	109.430	72.953
Caixa restrito	802	1.002	1.203	601	401
Empréstimos e financiamentos	140.016	175.020	210.024	105.012	70.008
Impactos de (perdas) ou ganhos	286.725	358.405	430.087	215.043	143.362

O cenário provável considera a taxa de juros estimada, elaborada por uma empresa terceira especializada com base em informações do Banco Central do Brasil (BACEN) em 29 de dezembro de 2023, como segue:

	Análise de sensibilidade das taxas de juros				
	Cenário				
	Provável	25%	50%	-25%	-50%
CDI	10,08	12,60	15,12	7,56	5,04
IPCA	3,8	4,75	5,70	2,85	1,90
IGP-M	3,3	4,13	4,95	2,48	1,65

iii. Risco no preço das commodities

O risco de preço das commodities na empresa é decorrente principalmente das flutuações nos preços e da disponibilidade do barril de petróleo tipo BRENT. Este risco se delimita ao período entre o custo de aquisição da matéria prima e o repasse autorizado pela agência reguladora, sendo este previsto em contrato entre as partes, gerando assim, um hedge

natural ao processo de repasse do custo do gás ao consumidor final.

b) Risco de crédito

Risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores. Este risco está relacionado com fatores internos e externos à Sulgás.

O risco com clientes é mitigado mediante a manutenção de uma base de clientes sólida. O gerenciamento das contas a receber é realizado através da identificação dos recebimentos, detectando possibilidades de inadimplência e suspendendo o fornecimento de gás caso ela ocorra (vide nota 8) e implementando políticas específicas de cobrança atreladas a garantias reais, sempre que possível. A administração analisa trimestralmente o relatório de clientes em inadimplência, levando em conta os títulos em aberto, a situação econômica e o histórico de cada cliente e, com isso, adota medidas de cobrança administrativa ou judicial e calcula perdas esperadas com base em critérios objetivos previstos em normativa.

A exposição ao risco de crédito foi a seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	145.907	160.241
Contas a receber de clientes	115.942	173.448
Recebíveis de partes relacionadas	55	124
	261.904	333.813

A administração efetua análise dos títulos em aberto de contas a receber para mapear eventual concentração de saldos e consequente risco de crédito para clientes específicos. O critério estabelecido para caracterizar tal concentração corresponde a clientes cujo saldo em aberto é igual ou superior a 5% do total do grupo de contas a receber.

Em 31 de dezembro de 2023, o montante de concentração é de R\$ 66,60 milhões, decorrentes dos clientes BRASKEM S/A – R\$ 37,59 milhões, CMPC - Celulose Riograndense LTDA. – R\$ 10,61 milhões, Município de Canoas – R\$ 10,32 milhões e Solae do Brasil Indústria e Comércio de Alimentos LTDA – R\$ 8,08 milhões. Em 31 de dezembro de 2022, o montante de concentração é de R\$ 102,47 milhões, decorrentes dos clientes PETROBRÁS - Petróleo Brasileiro S/A - R\$ 58,07 milhões, BRASKEM S/A – R\$ 26,04 milhões, CMPC - Celulose Riograndense LTDA. – R\$ 18,36 milhões.

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é inerente a descasamentos entre pagamentos e recebimentos que possam afetar a capacidade de pagamentos da Companhia. A Sulgás administra o risco de liquidez através de premissas de recebimentos e desembolsos monitoradas diariamente pela área financeira, mantendo seus ativos financeiros em depósitos de curto prazo com liquidez imediata em instituições de primeira linha, além da manutenção de linhas de crédito adequadas aos seus compromissos.

	31/12/2023		31/12/2022	
	até 1 ano	1 ano	Total	Total
Fornecedores	133.387	-	133.387	151.863
Empréstimos	1.641	138.375	140.016	73.717
Passivos de arrendamento	2.464	9.615	12.079	6.439
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	38.447	-	38.447	37.106
Tributos	6.248	-	6.248	37.271
Provisões para demandas judiciais	-	4.320	4.320	1.418
Outros passivos	8.125	-	8.125	31.437
	190.312	152.310	342.622	339.250

7. Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil:

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, depósitos à ordem e investimentos de alta liquidez com vencimento de três meses ou menos a partir da data de aquisição e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	31/12/2023	31/12/2022
Banco Conta Movimento	257	38.784
Aplicações Financeiras	145.650	121.457
TOTAL	145.907	160.241

As aplicações financeiras da Companhia foram realizadas em CDB (Banrisul/BTG Pactual) e compromissadas (Itaú), e são rentabilizadas a taxas entre de 90% e 102,5% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (em 2022 taxas entre de 82% e 100% do CDI).

As aplicações financeiras são compostas da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações em fundos de investimento		
Operações compromissadas	8.768	20.383
	8.768	20.383
Aplicações em bancos		
Certificado de depósitos bancários - CDBs	136.882	101.074
	136.882	101.074
	145.650	121.457

Operações compromissadas referem-se a compras de ativos, com compromisso de recompra a uma taxa previamente estabelecida pelas partes, geralmente com prazo determinado de 30 dias ou menos, para os quais não há penalidades relevantes ou outras restrições para resgate antecipado (não há incidência de IOF).

Certificados de Depósitos Bancários – CDBs, são títulos emitidos por instituições financeiras brasileiras com vencimentos originais de 720 dias, ou menos, para os quais não há penalidades relevantes ou outras restrições para resgate antecipado.

8. Contas a receber de clientes

Política contábil:

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional devido a um cliente (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido), a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia mantém os saldos de contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Para medir as perdas de crédito esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos. Uma provisão para perdas de crédito esperadas é reconhecida como despesas de vendas.

As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas neste período. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

	31/12/2023	31/12/2022
Contas de gás a receber	137.338	189.155
Receita não faturada (i)	1.453	1.373
	138.791	190.528

	(22.849)	(17.080)
	(22.849)	(17.080)

Total	115.942	173.448
--------------	----------------	----------------

Circulante	115.140	171.318
Não circulante	802	2.130

(i) A receita não faturada refere-se à parcela do fornecimento de gás do período do mês, cuja medição já foi realizada, porém o faturamento será efetivado no próximo ciclo de faturamento.

O aging das contas a receber é o seguinte:

	31/12/2023	Perda esperada	31/12/2022	Perda esperada
A vencer	109.571	-	169.318	-
Vencidas:				
Até 30 dias	4.874	-	4.760	(1.191)
De 31 a 60 dias	587	(59)	674	(513)
De 61 a 90 dias	286	(29)	1.156	(1.043)
Mais de 90 dias	23.473	(22.761)	14.620	(14.333)
	138.791	(22.849)	190.528	(17.080)

A variação na perda por redução ao valor recuperável de contas a receber são as seguintes:

Saldo em 1º de janeiro de 2022	(23.250)
(Adições) / Reversões	5.996
Baixas	174
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(17.080)
(Adições) / Reversões	(6.607)
Baixas	838
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(22.849)

9. Partes relacionadas

Política contábil:

As operações comerciais, financeiras e societárias envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços normais de mercado e realizadas conforme contratos estabelecidos. Os saldos em aberto no final do exercício não são garantidos, nem estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias dadas ou recebidas sobre quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada período é realizada análise de recuperação dos valores e receber e neste exercício nenhuma provisão foi reconhecida.

a) Contas a receber e a pagar com partes relacionadas:

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante		
Operações comerciais		
Raizen S.A. (i)	-	124
	-	124
Operações contratuais		
Compass Gás e Energia S.A. (ii)	55	-
	55	-
Total do ativo circulante	55	124

Passivo circulante

Operações contratuais		
Compass Gás e Energia S.A. (ii)	-	1.971
Commit Gás S.A. (ii)	1.325	-
	1.325	1.971
Total do passivo circulante	1.325	1.971

b) Transações com partes relacionadas:

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional		
Raizen S.A. (i)	2.081	5.082
	2.081	5.082
Despesas compartilhadas		
Compass Gás e Energia S.A. (ii)	(637)	-
Commit Gás S.A. (ii)	(3.937)	(3.476)
	(4.574)	(3.476)

(i) Fornecimento de gás.

(ii) Cedência de executivos pela Commit Gás S.A. e reembolso à Compass Gas e Energia S.A. por despesas pagas.

c) Remuneração dos administradores e diretores:

A remuneração dos Administradores da Companhia é aprovada em Assembleia Geral dos Acionistas, e inclui pró-labore, encargos, extensão de rol de benefícios previstos para os empregados em Acordo Coletivo, bem como o reembolso dos custos dos Administradores empregados de empresa do mesmo grupo econômico alocados na Sulgás, que inclui benefícios de curto prazo, contribuições para um plano de benefícios pós emprego e remuneração baseada em ações.

Em 2022, com a aquisição da Sulgás pela Compass, para diretores a ela vinculados houve reembolso dos valores à origem. Para diretores vinculados à Sulgás, o pagamento ocorreu na folha da Companhia.

Apresentamos a seguir o efeito em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	31/12/2023	31/12/2022
Benefícios de curto prazo a empregados e administradores (i)	3.957	2.993
Benefícios pós-emprego	104	26
	4.061	3.019

10. Outros tributos a recuperar

Política contábil:

Os ativos fiscais são mensurados ao custo e incluem principalmente: (i) efeitos fiscais que são reconhecidos quando o ativo é vendido a um terceiro ou recuperados por meio da amortização da vida econômica remanescente do ativo; e (ii) recebíveis de imposto que se esperam que sejam recuperados como restituições das autoridades fiscais ou como uma redução para futuras obrigações fiscais.

	31/12/2023	31/12/2
--	------------	---------

>>>Continuação

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS | AV. CARLOS GOMES, 700 – 8º ANDAR - PORTO ALEGRE - RS | CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 | NIRE: 43.000.033.104

benefícios econômicos futuros, que corresponde à vida útil dos ativos que compõem a infraestrutura de acordo com as disposições do órgão regulador.

A amortização dos ativos é descontinuada quando o respectivo ativo é utilizado ou baixado integralmente, não sendo mais incluído na base de cálculo da tarifa de prestação dos serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

b) Relacionamento com clientes

Refere-se aos custos incorridos no desenvolvimento de sistemas de gás para novos clientes (incluindo oleodutos, válvulas e equipamentos em geral) são reconhecidos como ativos intangíveis e amortizados durante o período do contrato.

c) Despesas subsequentes

As despesas subsequentes são capitalizadas somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

d) Amortização

Exceto pelo ágio, os ativos intangíveis são amortizados numa base linear ao longo da sua vida útil estimada, a partir da data em que estão disponíveis para uso ou adquiridos. Para os ativos relacionados aos contratos de concessão, a amortização é limitada ao prazo máximo da concessão, para cada classe de ativo existe uma amortização específica calculada de forma linear ao longo de sua vida útil.

	Contrato de concessão	Outros	Total
Valor de custo:			
Saldo em 1º de janeiro de 2023	530.413	32.216	562.629
Adições	-	-	-
Baixas	(811)	(2.526)	(3.337)
Transferências	62.201	13.187	75.388
Saldo em 31 de dezembro de 2023	591.803	42.877	634.680

Valor de amortização:

	Contrato de concessão	Outros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2023	(350.039)	(17.469)	(367.508)
Adições	(32.335)	(4.399)	(36.734)
Baixas	282	2.608	2.890
Transferências	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(382.092)	(19.260)	(401.352)
Saldo em 1º de janeiro de 2023	180.374	14.747	195.121
Saldo em 31 de dezembro de 2023	209.711	23.617	233.328

Redução ao valor recuperável

Os ativos intangíveis de vida útil definida, que estão sujeitos à amortização, são testados para impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável, o que não ocorreu para o exercício. Não há intangíveis de vida útil indefinida na Companhia.

12. Ativo de contrato**Política contábil**

Ativos do contrato são mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Quando os ativos entram em operação, os valores amortizáveis no contrato de concessão são transferidos para ativos intangíveis. As subsidiárias reavaliam a vida útil, sempre que essa avaliação indicar que o período de amortização excederá o prazo do contrato de concessão, uma parte do ativo é convertida em ativo financeiro, pois representa um contas a receber do poder concedente. Essa classificação está de acordo com o ICPIC.01(R1)IFRIC 12 - Contratos de Concessão.

	Ativos de contrato
Valor de custo:	
Saldo em 1º de janeiro de 2023	25.805
Adições	68.163
Baixas	-
Transferência para ativo intangível	(77.005)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	16.963

Capitalização de custos de empréstimos

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram capitalizados R\$ 973 a uma taxa de média de 5,81% a.a. (31 de dezembro de 2022 foram capitalizados R\$ 217 a uma taxa de média de 5,81% a.a.).

13. Direito de uso**Política contábil:**

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início. Além disso, a Companhia considera quando aplicável uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Veículos	Total
Valor de custo			
Saldo em 31/12/2021	9.819	-	9.819
Adições	5.287	-	5.287
Baixas	-	-	-
Saldo em 31/12/2022	15.106	-	15.106
Adições	3.692	6.105	9.797
Baixas	(9.863)	-	(9.863)
Saldo em 31/12/2023	8.935	6.105	15.040
Valor de amortização			
Saldo em 31/12/2021	(6.034)	-	(6.034)
Adições	(3.394)	-	(3.394)
Baixas	-	-	-
Saldo em 31/12/2022	(9.428)	-	(9.428)
Adições	(2.086)	(1.163)	(3.249)
Baixas	8.518	-	8.518
Saldo em 31/12/2023	(2.996)	(1.163)	(4.159)
Saldo em 31/12/2022	5.678	-	5.678
Saldo em 31/12/2023	5.939	4.942	10.881

14. Empréstimos e financiamentos**Política contábil:**

Inicialmente são mensurados pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, parte desses empréstimos são remensurados ao custo amortizado.

São desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato é quitada, cancelada ou expirada. A diferença entre a quantia escriturada de um passivo financeiro que tenha sido extinto ou transferido para outra parte e a retribuição paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida nos lucros ou prejuízos como outros rendimentos ou gastos financeiros.

Classificados como passivo circulante, a menos que exista um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são inicialmente mensurados pelos seus valores justos e, se não designados como ao valor justo por meio do resultado, são mensurados subsequentemente pelo maior valor entre:

- o montante da obrigação nos termos do contrato; e
- o valor inicialmente reconhecido menos, quando apropriado, a amortização acumulada reconhecida de acordo com as políticas de reconhecimento de receita.

Os termos e condições dos empréstimos em Reais são os seguintes:

Descrição	Indexador	Encargos financeiros		Vencimento	Objetivo
		Taxa anual de juros (i)	31/12/2023		
Com garantia					
BNDES					
Projetos VI e VII	IPCA + 4,10%	10,63%	140.016	73.717	abr/29 Investimentos
			140.016	73.717	
Total			140.016	73.717	
Circulante			1.641	881	
Não circulante			138.375	72.836	

(i) Taxas efetivas consideram taxas pré-fixadas dos contratos mais indexadores acumulados nos últimos 12 meses.

Os empréstimos não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	31/12/2023	31/12/2022
13 a 24 meses	15.375	6.744
25 a 36 meses	28.187	16.186
37 a 48 meses	30.750	16.186
49 a 60 meses	30.750	16.186
61 a 72 meses	30.750	16.186
73 a 84 meses	2.563	1.348
	138.375	72.836

A movimentação dos empréstimos e financiamentos ocorrida durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 está demonstrada abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	73.717
Captações	61.500
Amortização de principal	-
Pagamentos de juros	(5.166)
Juros, variação cambial e valor justo	9.965
Saldo em 31 de dezembro de 2023	140.016

Garantias

Conforme previsto no contrato assinado junto ao BNDES o valor de R\$ 4.100 está depositado (bloqueado) em conta reserva no Banco do Estado do Rio Grande do Sul

Linhas de créditos não utilizadas

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia dispunha de linhas de crédito em bancos, que não foram utilizadas, no valor aproximadamente de R\$ 47.297.

A utilização dessas linhas de crédito está sujeita à condições contratuais.

Cláusulas restritivas ("Covenants")

A cláusula 8a. do contrato de financiamento assinado junto ao BNDES prevê a manutenção de índices em relação à alguns indicadores financeiros da Companhia, sendo eles:

Contrato	Meta	Índice em 31/12/2023
BNDES	Índice de endividamento geral (Exigível total (iii) / Passivo total) não poderá ser superior a 0,8	0,69
BNDES	Dívida líquida (i) / LAJIDA (ii) não poderá ser superior a 3,50	(0,02)

- "Dívida onerosa líquida" consiste em no saldo de endividamento circulante e não circulante, líquido de caixa e equivalentes de caixa e de títulos e valores mobiliário.
- "LAJIDA" corresponde ao resultado líquido encerrado nos últimos 12 (doze) meses, acrescidos dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das amortizações.
- "Endividamento total" corresponde ao somatório de empréstimos, financiamentos e arrendamentos da Companhia, de curto e longo prazo, incluindo o saldo líquido das operações com derivativos.

Os covenants foram atendidos até dez/23, conforme demonstrado abaixo: 2022

	31/12/2023
Passivo circulante	200.739
Passivo não circulante	287.577
PC + PnC =	488.316
Passivo total	708.072
Endividamento geral	0,69
Caixa e Bancos	257
Aplicações Financeiras	145.650
Disponibilidades	145.908
Endividamento - CP	4.105
Endividamento - LP	147.990
Dívida	152.095
Dívida líquida (Disponib - Dívida)	(6.187)
LAJIDA	254.296
Dívida líquida / LAJIDA	(0,02)

15. Compromissos

Considerando os atuais contratos de fornecimento de gás, a Companhia possui um compromisso financeiro total em um valor presente estimado de R\$ 10.505.014 cujo valor inclui o mínimo estabelecido em contrato tanto em commodities quanto em transporte, com prazo até dezembro de 2034.

16. Passivo de arrendamento Política contábil:

Na data de início de um contrato, a Companhia avalia se o contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento.

Os pagamentos do arrendamento incluídos na mensuração do passivo do arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos em essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa;
- valores que se espera que sejam pagos pelo locatário, de acordo com as garantias do valor residual; e
- o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida, e o pagamento de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o exercício do locatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Para determinar a taxa de empréstimo incremental, a Companhia:

- quando possível, usa o financiamento de terceiros recente recebido pelo locatário individual como ponto de partida, ajustado para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que o financiamento de terceiros foi recebido;
- usa uma abordagem de acumulação que começa com uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pela Companhia, que não tem financiamento recente de terceiros; e
- faz uma estimativa de custo de captação, utilizando premissas do contrato, como por exemplo: prazo médio, moeda de contratação, garantias, entre outros.

A taxa incremental de juros (nominal) utilizada pela Companhia foi determinada com base nas taxas de juros, ajustada a moeda funcional e aos prazos de seus contratos. Foram utilizadas taxas entre 8,23% e 13,73%, de acordo com o prazo e moeda de cada contrato.

Adicionalmente, para a mensuração do passivo de arrendamento, a Companhia pode contabilizar dois ou mais contratos em conjunto desde que:

- tenham sido firmados com a mesma contraparte ou parte relacionada da contraparte; e
- tenham sido celebrados em datas próximas; ou
- se os contratos não puderem ser entendidos sem considerados em conjunto; ou
- se tiverem obrigações de performance/ contraprestações inter-relacionadas nos contratos; ou
- se os direitos de usar os ativos subjacentes transferidos nos contratos constituírem um único componente do arrendamento.

Os pagamentos associados aos arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos os arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como despesa no resultado. Os arrendamentos de curto prazo são arrendamentos com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos.

Na determinação do prazo do arrendamento, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para exercer a opção de prorrogação, ou não exercer a opção de rescisão. As opções de extensão (ou períodos após as opções de rescisão) só estão incluídas no prazo do arrendamento se houver certeza razoável de que será prorrogado (ou não rescindido).

A avaliação subsequente do passivo do arrendamento é pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. É reavaliada quando há uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento resultante de uma mudança no índice ou taxa, se houver uma mudança nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia do valor residual, se a Companhia mudar sua avaliação, quanto a opção a ser exercida na compra, extensão ou rescisão ou se houver um pagamento do arrendamento revisado essencialmente fixo.

A movimentação dos arrendamentos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.940
Adições e reajuste contratual	5.287
Baixas	-
Apropriação de juros e variação cambial	(390)
Amortização de principal	(1.785)
Pagamento de juros	(613)
Saldo em 31/12/2022	6.439
Adições e reajuste contratual	9.796
Baixas	(1.577)
Apropriação de juros e variação cambial	1.227
Amortização de principal	(2.617)
Pagamento de juros	(1.189)
Saldo em 31/12/2023	12.079
Circulante	2.464
Não circulante	9.615
Total	12.079

17. Fornecedores**Política contábil:**

As quantias escrituradas de fornecedores são as mesmas que os seus valores justos, devido à sua natureza de curto prazo e geralmente são pagas dentro de 90 dias do reconhecimento.

Saldo a pagar de fornecedores:

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores de gás/transportes	121.929	145.299
Fornecedores de materiais e serviços	11.458	6.564
	133.387	151.863

A Companhia tem contratos de suprimento de gás natural com a Petrobras e com a Galp, nas seguintes condições:

- Contrato NMG 22-25 na modalidade firme, modelo ponto a ponto, iniciado em janeiro de 2022, com vigência até dezembro 2025, e com quantidade diária contratual de gás de 550 mil de m³/dia durante toda a vigência do contrato. O preço é composto por duas parcelas: molécula e transporte.
- Contrato NMG 24-32 na modalidade firme, modelo ponto a ponto, iniciado em janeiro de 2024, com vigência até dezembro de 2034, e com quantidade diária contratual de gás de 570 mil m³/dia no ano de 2024, 650 mil m³/dia nos anos de 2025 até 2032 e 315 mil m³/dia nos anos de 2033 a 2034. O preço é composto por duas parcelas: molécula e transporte.
- Contrato NMG 26-34 na modalidade firme, modelo entrada e saída, iniciando em janeiro de 2026, com vigência até dezembro de 2034, e com quantidade diária contratual de gás de 105 mil m³/dia durante toda vigência do contrato. O preço é composto por duas parcelas: molécula e transporte.

Os quatro contratos com a Petrobras, sendo eles: NMG 22-25, NMG 24-32, NMG 24-34 e NMG 26-34 seguem as seguintes regras de indexação: parcela da molécula é indexada ao petróleo Brent no mercado internacional e ao dólar americano com reajuste trimestral e, a parcela do transporte é reajustada anualmente com base no Índice Geral de Preços-IGP-M.

- Contrato GALP 23-32 na modalidade firme, modelo entrada e saída, iniciado em fevereiro de 2023, com vigência até dezembro de 2032, e com quantidade diária contratual de gás de 100 mil m³/dia no ano de 2023, 125 mil m³/dia nos anos de 2024 até 2026 e 360 mil m³/dia nos anos de 2027 a 2032. O preço é composto por duas parcelas: molécula e transporte.

A parcela da molécula, nos anos de 2023 a 2026 é indexada ao Brent no mercado internacional e reajustada trimestralmente e, nos anos de 2027 a 2032 é indexada ao Brent, ao Henry Hub e ao dólar e reajustada trimestralmente. A parcela do transporte será calculada mensalmente e composta pelos custos incorridos no âmbito do contrato de transporte de entrada.

- Contrato de gás inscrito no Programa Prioritário de Termeletricidade (PPT) com a Petrobras, para abastecimento de 25 mil de m³/dia com a Ulbra, com vigência até 26 de junho de 2024.

O contrato é indexado ao dólar americano com reajuste anual pela inflação americana (índice PPI).

- Contrato com empresa SPE Central de Tratamento Integrado Resíduo Zero Ltda na modalidade firme, modelo injeção em rede, iniciando em janeiro de 2025, com vigência até dezembro 2034, e com quantidade diária contratual de gás de 15 mil de m³/dia no ano de 2025 a 2029 e de 30 mil de m³/dia nos anos de 2030 a 2034. O preço é composto por duas parcelas: molécula e injeção em rede. O preço é reajustado anualmente com base no IGP-M.

Contrato aguardando aprovação do órgão regulador – AGERGS para ser assinado:

- Contrato com empresa SPE Central de Tratamento Integrado Resíduo Zero Ltda na modalidade firme, modelo injeção em rede, iniciando em janeiro de 2025, com vigência até dezembro 2029, e com quantidade diária contratual de gás de 15 mil de m³/dia durante toda vigência do contrato. O preço é composto por duas parcelas: molécula e injeção em rede. O preço é reajustado anualmente com base no IGP-M.

A Companhia tem contratos de prestação de serviço de transporte de gás firmados com a Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A. – TSB e com a Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. – TBG, nas seguintes condições:

Contrato TSB:

- Contrato na modalidade firme anual, vigente de janeiro a dezembro 2024, com quantidade diária contratual de 800 mil de m³/dia.

Contratos TBG:

- Contrato na modalidade firme anual, vigente de janeiro a dezembro 2024, com quantidade diária contratual de 824 mil de m³/dia.

- Contrato na modalidade firme anual, vigente de janeiro a dezembro 2025, com quantidade diária contratual de 827 mil de m³/dia.

- Contrato na modalidade firme anual, vigente de janeiro a dezembro 2026, com quantidade diária contratual de 1.326 mil de

>>>Continuação

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS | AV. CARLOS GOMES, 700 – 8º ANDAR - PORTO ALEGRE - RS | CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 | NIRE: 43.000.033.104

a) Imposto de renda a recuperar

Imposto recuperar referente exclusão da Selic

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		
Exclusão da Selic - tema 962 do STF	6	6

b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	227.865	228.121
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(77.474)	(77.561)

Ajustes para cálculo da taxa efetiva

Exclusões/(adições) permanentes líquidas	1.063	(417)
Juros sobre capital próprio	2.334	2.246
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	(74.077)	(75.732)

Taxa efetiva	32,51%	33,20%
---------------------	---------------	---------------

O saldo de imposto de renda e contribuição social no passivo circulante, no montante de R\$ 2.940 (R\$ 32.124 em 31 de dezembro de 2022) está apresentado líquido de valores credores de mesma natureza.

c) Ativos e passivos de imposto de renda diferido

Os efeitos fiscais das diferenças temporárias que dão origem a partes significativas dos ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são apresentados abaixo:

IRPJ e CSLL Diferido sobre:	31/12/2023	31/12/2022
Provisão devedores duvidosos (Ativo Circulante)	22.849	17.080
PDD - Fiscal (Ativo Circulante)	(11.365)	(14.283)
Provisão PLR (Passivo Circulante)	4.312	2.840
Provisões cíveis e trabalhistas (Passivo Não Circulante)	4.320	1.418
Provisão dos Estoques	832	1.112
Provisão consumidores - valor principal (Passivo Não Circulante)	86.292	86.292
Outros valores (exclusão Selic e receita - COSIT 183/21)	(46.884)	(46.884)
Depreciação acelerada (Passivo Não Circulante)	(19.918)	(20.898)
Base de Cálculo	40.438	26.677
Impostos Diferidos (34% IRPJ e CSLL)	13.749	9.070

19. Passivo setorial

Refere-se a créditos da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, conforme tema 69 do STF, onde poderá haver a devolução aos consumidores via tarifa (o assunto ainda será pautado pela agência reguladora-AGERGS).

Os referidos créditos estão sendo atualizados monetariamente com base na taxa SELIC. A movimentação do passivo financeiro setorial líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi a seguinte:

	Passivo setorial
Saldo em 01 de janeiro de 2022	(117.881)
Créditos tributários (i)	758
Atualização monetária (ii)	(8.596)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(125.719)
Créditos tributários (i)	-
Atualização monetária (ii)	(9.548)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(135.267)

Circulante

Não circulante	(135.267)
	(135.267)

(i) Créditos referentes exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, conforme tema 69 do STF, onde há risco de devolução aos consumidores via tarifa (o assunto ainda será pautado pela agência reguladora).

(ii) Atualização monetária dos referidos créditos tributários com base na taxa SELIC.

20. Provisão para demandas e depósitos judiciais**Política contábil:**

São reconhecidas como outras despesas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação.

A avaliação da perda de probabilidade inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A provisão para riscos cíveis e trabalhistas foi constituída com base no relatório da Gerência Executiva Jurídica da empresa, datado de 31/12/2023, onde classifica os processos judiciais conforme o risco de perda (remota perda, possível perda ou provável perda).

	Provisão para demandas judiciais		Depósitos judiciais	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Cíveis	2.560	2	-	-
Trabalhistas	1.760	1.416	1.862	1.430
	4.320	1.418	1.862	1.430

Movimentação das provisões para processos judiciais:

	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	33	1.273	1.306
Provisionado no exercício	184	-	184
Baixas por reversão / pagamento	(215)	(361)	(576)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2	1.416	1.418
Provisionado no exercício	2.558	880	3.438
Baixas por reversão / pagamento	-	(536)	(536)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.560	1.760	4.320

Perdas possíveis

Os principais processos para os quais consideramos o risco de perda possível são descritos abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Cíveis	137	11.697
Tributário	21.653	21.653
Trabalhistas	2.009	2.472
	23.799	35.822

a) Trabalhistas

Os processos trabalhistas são predominante oriundos e empresas terceirizadas onde a Companhia responde solidariamente.

Os processos trabalhistas referem-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos ao pagamento de: horas extras e reflexos, adicional de insalubridade, adicional de periculosidade, responsabilidade subsidiária/solidária, dentre outros.

b) Cíveis

Os processos cíveis da Companhia, versam, em geral, sobre revisões de contratos, cobranças de valores e indenizações, decorrentes das atividades da Companhia.

c) Tributário

Os processos tributários são decorrentes de ações fiscais em fase administrativa nos âmbitos estadual e federal.

21. Benefícios pós-emprego**Política contábil:**

O custo do plano de benefícios pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando avaliações atuariais. Uma avaliação atuarial envolve o uso de várias suposições que podem diferir dos resultados reais no futuro. Estes incluem a determinação da taxa de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de pensão. Uma obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas pela administração em cada data de balanço.

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

A Companhia mantém o Plano SulgasPrev, que é um plano de benefícios previdenciários, estruturado na modalidade de Contribuição Definida, administrado pela Fundação Petrosbras de Seguridade Social - Petros, aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

O Plano SulgasPrev é totalmente desvinculado dos demais planos de benefícios administrados pela Petros, inexistindo solidariedade entre os mesmos e entre suas respectivas Patrocinadoras ou Instituidores, cujo patrimônio do Plano SulgasPrev será aplicado integralmente na concessão e na manutenção dos benefícios previstos no seu Regulamento.

As contribuições da Patrocinadora correspondem a valor igual ao valor das contribuições pagas pelo Participante, porém não acompanha as contribuições opcionais (Voluntária e Esporádica) feitas pelo Participante.

O Plano SulgasPrev é regido: pela legislação aplicável; pelo Estatuto da Petros e pelo Regulamento do Plano.

A despesa total reconhecida no resultado do exercício:

	31/12/2023	31/12/2022
Previdência Privada	1.559	1.765
	1.559	1.765

A participação dos empregados nos Lucros ou Resultados (PLR), conforme disposto na Lei nº 10.101/2000 e no Termo de Acordo do Programa de PLR celebrado junto aos sindicatos representativos, representou um montante de R\$ 4,7 milhões relativo ao exercício findo em 2023, sendo que foram pagos em adiantamento R\$ 1,5 milhões em dezembro de 2023, assim restando R\$ 3,2 milhões a serem pagos em 2024.

Obs.: Valor previsto para pagamento em 2024 pode sofrer variações, visto que temos variações tendo em vista o processo de avaliação individual dos empregados que não foi concluído.

22. Patrimônio líquido**Política contábil:****a) Capital social****Ações ordinárias**

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos.

b) Reserva legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com a Lei 6.404, sendo que, conforme estatuto da Companhia se no exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal.

c) Dividendos

Os valores de dividendos mínimos estabelecidos no estatuto social, 25%, são contabilizados como um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovado pelos acionistas em assembleia geral.

Os juros sobre o capital próprio são tratados como dividendos e são apresentados como uma redução do patrimônio líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na demonstração do resultado.

Os dividendos são calculados e pagos de acordo com as demonstrações contábeis preparadas de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil.

d) Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente do lucro do exercício com base na proposta da administração, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios da Companhia, conforme orçamento de capital a ser aprovado pelo Conselho de Administração e submetido à Assembleia Geral.

a. Capital social

O capital subscrito de R\$ 81.187, é representado por 21.563 ações ordinárias sem valor nominal e totalmente integralizadas. Não houve movimentação da quantidade de ações nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, e sua composição é a que segue:

	Quantidade de ações - milhares
Ordinárias	
Compass Um Participações S.A.	10.997
Commit Gás S.A.	10.566
Total	21.563

b. Destinação do lucro líquido do exercício

Movimentação de lucros acumulado nos exercícios findos de 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Em 1º de janeiro de 2022
Resultado líquido do exercício	152.389
Juros sobre capital próprio 2022, imputados como dividendo mínimo obrigatório	(6.606)
Dividendos	(31.491)
Retenção de lucros	(114.292)
Em 31 de dezembro de 2022	-

Em 1º de janeiro de 2023

Resultado líquido do exercício	153.788
Juros sobre capital próprio 2023, imputados como dividendo mínimo obrigatório	(6.866)
Dividendos mínimos	(32.611)
Retenção de lucros	(114.311)
Em 31 de dezembro de 2023	-

c. Juros sobre capital próprio

Em 12 de dezembro de 2023, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio, referente ao período compreendido em 1º de janeiro de 2023 e 30 de novembro de 2023, no valor de R\$ 6.866, antes dos tributos, que será pago em 31 de janeiro de 2024.

d. Dividendos

Em 27 de novembro de 2023, foi aprovado pelo Conselho de Administração o pagamento dos dividendos do resultado total de 2022 no valor de R\$ 145.783, pago em 20 de dezembro de 2023, conforme segue:

a) R\$ 71.434, declarados em Assembleia Geral Ordinária de 25 de abril de 2023, cabendo a Compass Um Participações S.A.;	
b) R\$ 74.349, declarados em Assembleia Geral Ordinária de 25 de abril de 2023, cabendo a Commit Gás S.A.	

Demonstrativo de lucros a destinar e dividendo mínimo obrigatório no exercício:

Resultado líquido do exercício	153.788
Lucro disponível para distribuição em 31 de dezembro de 2023	153.788
Base de cálculo para distribuição dos dividendos	153.788
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	38.447

Juros sobre capital próprio bruto	(6.866)
Dividendos propostos	(32.611)
Juros sobre capital próprio e dividendos propostos	(39.477)

Total do lucro a destinar em 2023	114.311
--	----------------

	Passivo dividendos a pagar:
Saldo em 31 de dezembro de 2022	37.106
Dividendos 2022 transferidos do PL	114.292
Dividendos propostos	32.611
Juros sobre capital próprio proposto	6.866
Imposto retido sobre juros sobre capital próprio proposto	(1.030)
Dividendos pagos	(151.398)
Juros sobre capital pagos	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	38.447

e. Destinação do saldo do resultado do exercício

Caberá à próxima Assembleia Geral Ordinária deliberar sobre o valor da retenção de lucros que exceder o capital social conforme estabelecido na Lei nº 6.404, artigo 199, assim como toda destinação do lucro líquido.

23. Receita operacional líquida**Política contábil:**

A Companhia reconhece receitas das seguintes fontes principais:

i. Receita faturada

A receita de distribuição de gás é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável e no mesmo período em que os volumes são entregues aos clientes, baseado nas medições mensais realizadas.

ii. Receita não faturada

Receita de gás não faturada refere-se à porção de gás fornecida para a qual a medição e o faturamento para os clientes ainda não ocorreram. Este montante é estimado com base no período entre a data da última medição e o último dia do mês. O volume real faturado pode ser diferente das estimativas. A Companhia acredita que, com base em sua experiência histórica com operações similares, o valor estimado não faturado não diferirá significativamente dos valores reais.

iii. Receita de construção em concessão

A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço de construção prestado ao Poder Concedente, e a receita relacionada é reconhecida no resultado na fase de finalização da obra.

Os custos de construção são reconhecidos por referência ao estágio de conclusão da atividade de construção no final do período de relatório, e são incluídos no custo das vendas.

iv. Receita de prestação de serviços

As receitas de serviços englobam taxas de serviços correlatos e acessórios ao sistema de distribuição de gás, sendo reconhecidas quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão, quando o estágio de conclusão da transação no final do período puder ser determinado e mensurado de forma confiável, bem como quando seu montante e os custos relacionados podem ser mensurados com segurança.

A seguir, é apresentada a receita líquida da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta na venda de gás	1.963.809	2.187.503
Receita bruta na prestação de serviços e outros	20.231	50.868
Receita de construção	68.163	59.972
Impostos e deduções sobre vendas	(411.853)	(438.001)
Receita operacional líquida	1.640.350	1.860.342

24. Custos e despesas por natureza**Política contábil:**

Custo das vendas inclui o custo das aquisições de gás e transporte, líquido de impostos.

Custo dos serviços prestados compreende os gastos de pessoal e a amortização de ativos relacionados às prestações de serviços.

Os custos e as despesas são apresentados na demonstração do resultado por função. A reconciliação dos montantes por natureza/ finalidade é a demonstrada abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Custo do gás e transporte	(1.169.744)	(1.476.225)
Custo de construção	(68.163)	(59.972)
Despesas com pessoal	(47.065)	(44.291)
Despesas com materiais/ serviços	(103.527)	(39.487)
Amortização	(41.196)	(35.978)
	(1.429.695)	(1.655.953)

Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(1.317.303)	(1.579.426)
Despesas de vendas	(19.394)	(2.486)
Despesas gerais e administrativas	(92.998)	(74.040)
	(1.429.695)	(1.655.953)

25. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	31/12/2023	31/12/2022
Créditos extemporâneos PIS/COFINS (i)	(335)	-
Resultado nas alienações e baixas do intangível	(1.172)	237
Efeito líquido da receita ship/take or pay (ii)	433	1.582
Efeito líquido das demandas judiciais	909	(112)
Outros (iii)	2.610	1.452
	2.445	3.159

(i) Crédito extemporâneo da exclusão do ICMS da base do PIS e da COFINS.

(ii) Cláusula contratual no transporte de gás com regra mínima de consumo na compra (ship or pay) e na venda (take or pay).

(iii) Em 2023 refere-se ao reconhecimento da provisão de consumidores.

26. Resultados financeiros**Política contábil:**

A receita financeira compreende receita de juros sobre fundos investidos, ganhos no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida na medida em que é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras compreendem despesas com juros sobre empréstimos, liquidação do desconto de provisões e diferimento, perdas do valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado perda e contraprestação contingente, perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em ativos financeiros (que não sejam contas a receber).

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Os detalhes das receitas e custos financeiros são os seguintes:

	31/12/2023	31/12/2022
--	------------	------------

>>>Continuação

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS | AV. CARLOS GOMES, 700 – 8º ANDAR - PORTO ALEGRE - RS | CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 | NIRE: 43.000.033.104

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos**Auditoria dos valores correspondentes**

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram o relatório, em 30 de março de 2023, sem modificações sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar

suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

*Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

* Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de

expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

BDO RCS
Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 RS 005519/F-0

Porto Alegre, 25 de março de 2024.

Márcio Silva Contador
CRC 1 RS 078817/O-2

ANUNCIE AQUI

(51) 3213-9139

CONTATO.COMERCIAL@GRUPORBS.COM.BR